

## Narrativas de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia

VANDEILTON TRINDADE SANTANA\*

**Resumo:** Este trabalho versa sobre as políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia, especificamente as narrativas de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social. Refere-se, portanto, a um recorte da dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade que teve como foco principal, pesquisar a trajetória dos estudantes que optaram pelo sistema de cotas. É possível identificar nas narrativas dos estudantes, o quão as políticas de ações afirmativas contribuíram para o acesso a universidade e ao mesmo tempo, criar estratégias para lidar com as dificuldades ao longo do curso. Também, foi visto que as marcas subjetivas calcadas pelas desigualdades sociais e raciais, carimbaram, sobremaneira, a história de vida dos estudantes entrevistados. A investigação permeou pela abordagem qualitativa, tendo como método o estudo de caso e a entrevista semiestruturada como técnica de pesquisa. Com isso, evidencia-se que as trajetórias dos estudantes foram marcadas por inúmeras dificuldades, as quais foram trazidas em suas narrativas.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas; Sistema de cotas; Desigualdades; Narrativas.

### Narratives of quota students in high social prestige course of the state University Of Bahia

**Abstract:** This paper deals with affirmative action policies at the State University of Bahia, specifically the narratives of quota students in high social prestige course. It refers, therefore, to a clipping of the master's thesis that had as its main focus, research the trajectory of students who opted for the quota system. It is possible to identify in the students' narratives how the affirmative action policies contributed to access to university and at the same time, create strategies to deal with difficulties throughout the course. Also, it was seen that the subjective marks based on social and racial inequalities, stamped the life history of the students interviewed. The research permeated by the qualitative approach, having as method the case study and the and the semi-structured interview as a research technique. With this, it is evident that the trajectory of the students were marked by innumerable difficulties, which were brought in their narratives.

**Key words:** Affirmative action; Quota system; Inequalities; Narratives.



\* VANDEILTON TRINDADE SANTANA é Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Especialista em Gestão Educacional (UESB) e Psicologia Clínica (UNEB).

## Introdução

A discussão em torno da realização de Políticas Afirmativas no espaço educacional é bastante remota. Desde os anos de 1930 que os grupos do movimento social negro assinalavam sobre a importância de implementação de políticas públicas que garantisse o acesso de negros (as) a educação. Nesse período, tendo como pauta a educação, a Frente Negra Brasileira criou escolas comunitárias para crianças em suas sedes, bem como em algumas regiões do Brasil.

No período de 1940 e 1950, logo após o término da ditadura do Estado Novo de Vargas que tornou ilegal as ações do movimento social, esse último reviu sua pauta de discussão e outra vez trouxe para o debate o tema educacional. De 1960 a 1970, observou-se a ampliação das discussões em torno do referido tema, mas só a partir do final dos anos 1990 que tais trabalhos se materializaram no espaço brasileiro, inclusive com a efetivação das Políticas Afirmativas (SILVA, et.al. 2009).

Na Bahia, transcorrido mais de duas décadas após aprovação da Resolução 196/2002 que tornou a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, uma referência no sistema de cotas no Brasil e, posteriormente, em 2007, com a extensão desse sistema para as populações indígenas, a UNEB, tem desenvolvido, pioneiramente, essa e outras modalidades de políticas de ação afirmativa, a qual se configura como uma universidade que tem na questão da inclusão social, contida na ideia geral de ações afirmativas, um dos seus principais sustentáculos.

De fato podemos afirmar que a UNEB, pela sua estrutura organizacional e pela forma como tem desenvolvido a educação superior na Bahia, desde o início da

sua criação, fundamenta-se nos princípios políticos e sociais que recentemente convencionou-se chamar, Ações Afirmativas. A estrutura organizacional multicampi que fundamenta a opção da UNEB pela democratização/interiorização do ensino superior no estado da Bahia seguramente funcionou como pré-condição favorável ao surgimento de uma política de ação afirmativa tal qual o sistema de reserva de vagas para negros e indígenas (MATTOS, 2010, p. 125).

As políticas de ações afirmativas têm sido ao longo desses 20 anos, na UNEB, um instrumento essencial para o acesso e permanência de estudantes que optaram pelo sistema de cotas. Muitos estudantes têm optado por essa modalidade de acesso, haja vista, que se trata de uma política de reparação, marcada pelas desigualdades sociais e raciais ao longo da história.

Importante destacar ainda, que o processo de implantação das políticas afirmativas nas universidades, se deu sob forte reação dos setores conservadores e contrários a essa política, alegando que poderia incorrer na baixa qualidade de ensino das universidades. Observa-se que neste discurso, há uma contumácia em negar a uma população, o que lhe é de direito: A educação. Esse extrato discursivo por parte desses setores, estampa nas narrativas dos estudantes quando falam das dificuldades no seu processo de escolarização, assim como, no acesso ao ensino superior.

Tais discursos sugerem uma igualdade de oportunidades entre pretos, pardos e brancos, o que não é verdade, no Brasil que vivemos. Ser contrário ao sistema de cotas, é fortalecer as desigualdades existentes e tão presentificadas no corpo social. Desse modo, é clara a rejeição de qualquer medida que possa favorecer um determinado grupo, assim, para esses

setores contrários, a permanência dos privilégios deve ser contínua, sem que haja, interferências. No entanto, verificamos que esses discursos não se sustentam, quando entendemos e confirmamos que vivemos numa sociedade em que todos não possuem as mesmas condições para acessar espaços de prestígio. Há sim, marcas das desigualdades sociais, históricas e raciais que se acentuam.

A este intento, o objetivo principal da pesquisa desenvolvida no mestrado, a qual faço recorte neste artigo, foi analisar o trajeto dos estudantes cotistas que estão inseridos em cursos de alto prestígio social<sup>1</sup> da UNEB, de modo a identificar os aspectos e táticas que favoreceram e/ou dificultaram a inserção desses estudantes nos cursos escolhidos, bem como evidenciar os fatores que têm contribuído ou dificultado seu acesso e a permanência nos devidos cursos.

É nesta perspectiva que delinheiro neste artigo, possíveis percepções e reflexões contidas nas narrativas de 15 estudantes entrevistados, durante a pesquisa, com idade entre 20 e 55 anos. Trata-se de apresentar alguns relatos das entrevistas concedidas ao longo da pesquisa. Tais falas, revelam resquícios das desigualdades que têm afetado contundentemente seu processo de subjetivação. É por este viés que estes escritos se enveredam, revelando os impactos das políticas de ações afirmativas em sua trajetória social, profissional e subjetiva, assim como os efeitos das desigualdades social e racial no cenário acadêmico.

A questão das desigualdades sociais e raciais no Brasil demarcam de forma

acentuada o modo e estrutura de vida desses estudantes tanto fora quanto dentro da universidade. As políticas de ações afirmativas têm a intenção de reparar danos causados a essa população, ainda que temporária, trata-se de uma política compensatória e reparatória, em que, busca reduzir as desigualdades sociais. (FERES JÚNIOR et. al (2018).

Tendo em vista as desigualdades social e racial que permeiam as relações na sociedade brasileira, em que as severas desvantagens da população de cor ou raça no que tange às dimensões necessárias para a reprodução e/ou a melhoria de suas condições de vida, traduz os maiores níveis de vulnerabilidade no contexto socioeconômico do Brasil. E é o que bem pontua os estudantes.

### **O avesso de estar na universidade: experiências, superações e desigualdades**

O avesso da estar na universidade e fazer parte dela, não é tão simples assim, para os estudantes cotistas em cursos de alto prestígio social da UNEB. As experiências e dissidências retratam as reais condições para acessar o ensino superior e as dificuldades apontadas pelos estudantes, para permanecer trilhando o tão sonhado curso e conseqüentemente uma carreira profissional.

Trabalhar com as narrativas dos estudantes cotistas pela perspectiva racial, é sobretudo, estar atento às vivências, o que se passa, o que acontece e o que toca o cotidiano desses estudantes, na sua trajetória acadêmica, num contexto, sumariamente marcado

<sup>1</sup> São considerados cursos de alto prestígio social aqueles que têm maior valor no mercado de trabalho. A autora tomou como base um elenco de cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia, a partir do qual foi realizada uma

pesquisa na Região Metropolitana de Salvador, que resultou em uma escala de cinco posições de prestígio, a saber: Alto, Médio alto, Médio baixo e Baixo. (QUEIROZ, 2004, apud SANTANA, 2019).

por desigualdades. Quando opto em pesquisar estudantes em cursos de alto prestígio social, tenho a intensão de investigar como se deu o acesso e como esses estudantes se mantêm na universidade. Muitas histórias de insucesso foram tecidas ao longo das entrevistas e dentro da universidade, essas histórias se intensificaram.

As cisões ao longo da vida estudantil têm se perpetuado de forma densa e são oriundas da falta de oportunidades que e/ou das inúmeras ocorrências ao longo da vida que dificultaram cursar o ensino superior. É o que relata uma estudante de Psicologia.

“Eu sempre tive desejo, vontade de fazer o curso de psicologia, mas eu nunca tinha tido a oportunidade antes. Então, eu cuidei de família, de filhos e resolvi tentar o vestibular [...]” (PSI3<sup>2</sup>, entrevista, 2016).

Narrativas como esta, mostram o quão as políticas de ações afirmativas são fundamentais para possibilitar o acesso a universidade. As sucessivas faltas de oportunidades por conta da classe social, cor da pele e poder aquisitivo, recaem notadamente sobre a população negra, relegando-os ao desprivilégio. Porquanto, as políticas afirmativas, têm a intenção de assegurar o direito ao acesso e permanência desses estudantes.

São nítidas as histórias de enfrentamento, assim como os desafios que estes estudantes perpassam para acessarem o ensino superior. A esse respeito, Queiroz (2002) afirma que o acesso de estudantes provenientes de escolas públicas na universidade, sobretudo, em instituições e cursos mais concorridos, está, em muitos casos, relacionado à persistência em tentar várias vezes o processo seletivo do vestibular, o que exige investimentos de

tempo e dinheiro, dificultando o acesso para a maioria deles. Observe a narrativa desta estudante de medicina:

Quando foi que eu pensei em fazer Medicina? Não fiz Enfermagem pensando em Medicina. Eu fiz Enfermagem, por que eu quis fazer Enfermagem, de amar Enfermagem, eu gosto de Enfermagem. Mas quando eu cheguei no final de meu curso, a realidade de Enfermagem mudou. Assim, o índice de desemprego estava muito grande. Não tinha perspectiva. Tinha aberto muita faculdade de Enfermagem. E aí comecei a pensar: Meu Deus, vou ficar desempregada. Eu não posso ficar desempregada. Por que eu fiz faculdade pensando em melhorar minha realidade financeira e eu queria uma profissão que eu sentisse realizada. Foi a partir daí que fui tentar o vestibular pra Medicina. Fiz dois anos de cursinho, optei pelas cotas e passei. (MED2<sup>3</sup>, entrevista, 2016)

Fica evidente na fala dessa estudante, o percurso até chegar ao curso de medicina. Veja, que embora tendo cursado enfermagem, ainda, não lhe daria condições financeiras, entre outros fatores, para se sentir realizada. Fica perceptível que o desejo de fazer o curso de medicina, surgiu diante das dificuldades encontradas em sua trajetória na graduação em enfermagem e no exercício da profissão. A esse respeito,

Nota-se igualmente que 14% dos estudantes de Medicina vêm de famílias com faixa de renda de mais de 30 salários mínimos mensais, [...] é grande o número de estudantes que teriam dificuldades de se manter no campus a menos que robustas políticas de permanência não

<sup>2</sup> Estudante de Psicologia 3

<sup>3</sup> Estudante de Medicina 2

estivessem sendo postas em prática (RISTOFF, 2014, p. 737).

Essa não é apenas uma história de uma mulher negra, oriunda de escola pública. Histórias como essa, se presentificam dentro das universidades muitas vezes invisibilizadas. As marcas de insucesso que costuram as narrativas de estudantes cotistas, denotam uma realidade desigual e sofrida. São inúmeras histórias como essa que transitam nos corredores e labirintos das instituições de ensino superior.

Desse modo, pode-se observar que os trabalhos de Queiroz (2014), se acentuam num debate dos dados à manutenção de privilégios e poder, bem como acesso do negro no ensino superior. As discussões emergidas das pesquisas da referida autora, direcionam para uma política de equidade frente às desigualdades sociais, raciais e de gênero. O relato da estudante do curso de Direito, retrata uma realidade muito presente em nossa sociedade e de como as desigualdades acarretam algum nível de sofrimento.

Então, pra mim, foi um sofrimento, assim, porque eu queria muito estudar em colégio particular... é sério! Eu sempre fui uma criança normal. Quando eu via as crianças indo para o colégio particular, eu sentia aquilo dentro [...], meu Deus, eu tinha que tá ali também. Sério! Eu queria muito aquilo. Não por inveja, não por nada, mas por que sempre acreditei que a oportunidade igual tem que ser pra todos. Não deveria haver essa diferença, de colégio público e particular e quem tá no particular ser privilegiado. (DIR<sup>24</sup>, entrevista, 2016)

O que fica evidente na narrativa da estudante é a precariedade do ensino público por compreender que, naquele

espaço, são menores as chances de uma escolarização bem sucedida. Acrescidas as diferenças exorbitantes entre o ensino público e privado. Outro aspecto que devemos considerar é que os estudantes das camadas populares, majoritariamente negros, de modo geral, começam a trabalhar muito cedo, o que evoca algumas dificuldades nos estudos. E como compensar essa desvantagem? Como reparar tantos prejuízos as camadas populares?

Neste sentido, estudos têm demonstrado que as políticas de acesso, implantadas por universidades brasileiras, têm contribuído para a efetiva democratização do acesso (SANTOS, 2013). Uma forma reparadora de compensar os danos causados a população negra e indígena, tem sido a criação das políticas afirmativas. No caso da população negra, Guimarães (2003) sinaliza a forte desigualdade racial existente entre os diversos níveis de ensino e pontua a crise na educação brasileira, “[...] inclusive o acesso restrito de negros ao ensino superior, a má qualidade da escola fundamental pública e a grande desigualdade racial em todos os níveis de ensino já eram amplamente discutidas nos meios intelectuais e políticos [...]” (p. 253).

O excerto acima, elucida o relato de uma estudante de fisioterapia quanto a má qualidade da escola pública e de como esse fator tem impactado em sua trajetória acadêmica. Guimarães (2003), assevera com muita propriedade como o ensino público tem sido frágil, frente as tempestades de desigualdades presentes em nossa sociedade.

A estudante de Fisioterapia do quinto semestre, pontua que:

Geralmente essas pessoas que entram por cotas, não é que elas não

<sup>4</sup> Estudante de Direito 2

têm capacidade, por que elas não viu e quando você não vê na base, você não consegue assimilar na Universidade, que é um ensino avançado. Assim, eu acho que deveria ter esse apoio, não só em termos financeiro, mas um apoio mais educacional, psicológico. (FISIO4<sup>5</sup>, entrevista, 2016)

Além do apoio educacional, ressalta o apoio psicológico. Fica perceptível nas narrativas dos estudantes, os impactos subjetivos, que advém desde seu processo de escolarização, e se estendem no ensino superior, com formatos diferentes. São as marcas das desigualdades, racismo e discriminação que atravessam a subjetividade dos estudantes cotistas. A esse respeito,

As atuais políticas de acesso à universidade têm promovido o ingresso de uma parcela da população brasileira tradicionalmente excluída desse espaço. A política de cotas para os povos indígenas, negros e quilombolas é um exemplo concreto das ações empreendidas pelas instituições universitárias no sentido de promover a inclusão social. Com isso, surgem diversos desafios que merecem a atenção da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. (TEIXEIRA, DAZZANI, 2019, p. 86).

Não obstante, ao tempo que as universidades públicas de ensino oferecem o acesso, é importante se pensar na permanência desses estudantes. Afinal, não basta somente o acesso, é preciso acima de tudo, garantir aos optantes pelas cotas, a conclusão de seus estudos. Nas narrativas, fica o retrato que as dificuldades pertinentes a sua permanência, têm sido obstáculos diários. Segundo Santana (2019, p. 85),

[...] as dificuldades não acabam

quando os estudantes, de grupos sociais historicamente discriminados, ingressam na universidade. Existem questões relativas à permanência que precisam ser observadas; principalmente, do ponto de vista das condições materiais, realidade que tende a dificultar o trajeto dos estudantes no curso. É certo, também, que as desigualdades históricas afetam, de formas distintas, os indivíduos e grupos.

Estudos realizados por Santos (2009, 2017), Pena, Matos e Coutrim (2020), Santana (2019), revelam que a permanência precisa ser observada pelas universidades num contexto amplo. Embora as ações afirmativas tenham possibilitado o acesso de jovens que antes eram excluídos da universidade, ainda assim, é necessário se pensar a permanência dos mesmos nos cursos escolhidos.

A permanência tem sido um grande desafio para as instituições públicas de ensino, haja vista, o desmantelamento e os cortes de verbas por parte do atual governo federal, que afetam diretamente os estudantes cotistas. Não dá para se pensar numa política pública sem financiamento. Segundo Santos (2017), é marcante a presença de políticas de acesso ao ensino superior de estudantes negros, indígenas e de origem popular, e das políticas de financiamento da educação superior, as quais são responsáveis pela mudança no perfil do estudante universitário.

No que tange a permanência,

Ainda há muito a ser feito para que a igualdade de oportunidades e a permanência desses estudantes no Ensino Superior sejam garantidas. Reiteramos que é necessário analisar as dificuldades enfrentadas pelos

<sup>5</sup> Estudante de Fisioterapia 4

estudantes na educação superior, bem como identificar as reais necessidades materiais e didático-pedagógicas que garantam a permanência do estudante nesse nível de ensino. (PENA, MATOS, COUTRIM, 2020, p. 50)

A permanência em sua essência, deve garantir que o estudante conclua seus estudos. Em constância, a representatividade que essas políticas trazem em seu aparato histórico e social, é primordialmente essencial para que os estudantes que optaram por esse sistema de cotas, possam ter acesso ao tão sonhado ensino superior e conseqüentemente, a sua permanência. Para tanto, se faz jus, que a universidade possa traçar ações/programas/projetos de melhorias destas políticas, a fim de assegurar melhores condições de permanência aos estudantes capazes de construir trajetórias acadêmicas e exercerem profissões de prestígio, as quais são destinadas majoritariamente, a certos grupos sociais. (SANTOS, 2013).

No avesso da universidade está explícita a questão das desigualdades sociais e raciais que no Brasil demarcam de forma acentuada o modo e estrutura de vida desses estudantes, tanto fora, quanto dentro da universidade. Pensando nisso, face às políticas de ações afirmativas, nota-se elementos que marcaram/marcam o acesso e permanência de estudantes que optaram pelas cotas raciais na UNEB, de modo que fica elucidado como os mesmos reverberam na trajetória acadêmica e subjetiva desses estudantes.

Estudos realizados por Queiroz (2014) apontam que é de suma importância que as universidades tenham mais atenção, com o cotidiano vivenciado por esses estudantes nos cursos em que eles estão inseridos, sobretudo, quando se trata de cursos de alto prestígio social, em que

irão conviver com pessoas muito diferentes do seu mundo social. A esse respeito, a desigualdade social absoluta é um traço persistente da sociedade capitalista, assim como a desigualdade de oportunidades (HASENBALG, 2005)

Permanecer na universidade é um caminho árduo e desafiador. Quando se acrescenta a questão das desigualdades racial e social, vislumbra-se um cenário vivido pelos estudantes cotistas permeados por inconstâncias, mal estar e incertezas. Haja vista que o apoio, quanto ao quesito permanência, está aquém das reais necessidades dos estudantes cotistas em cursos de alto prestígio social. Este último elemento, torna-se mais dificultoso o estar na universidade.

Preocupações com materiais de estudos, vestimentas, alimentação e transportes, foram itens elencados pelos estudantes entrevistados como necessários a vida acadêmica. E principalmente nos cursos considerados de alto prestígio social, pois, as exigências para a manutenção dos custos da permanência ainda são altas.

### **Considerações finais**

Pesquisas realizadas por Santos (2009), Feres Júnior (2018), Terra, Carraro, Ferreria (2019), mostram que as políticas de ações afirmativas no Brasil, têm ganhado fôlego ao longo das últimas décadas. A mobilização dos movimentos sociais, tem potencializado lutas e resistências frente às desigualdades social e racial no ensino superior.

Na visão dos estudantes entrevistados, o sistema de cotas é um direito que deve ser mantido, principalmente, porque os negros ainda encontram barreiras de acesso a universidade, tendo em vista o processo histórico que demarca as posições sociais e que exclui a maioria

dos negros dos espaços de prestígio social.

Destacam ainda, sua importância para a superação da desvantagem oriunda de uma escolarização básica mais precária, sinalizando que essa política impacta na correção de desigualdades à medida que propicia a oportunidade para indivíduos e grupos socialmente discriminados.

Nesta perspectiva, as discussões acerca das políticas afirmativas fazem jus, ao tempo que imprimem na trajetória acadêmica dos estudantes cotistas com recorte racial aspectos de suas experiências e vivências marcados (as) pelas desigualdades. Nesse sentido, funcionam como um instrumento de acesso a bens simbólicos e materiais necessários a uma trajetória de sucesso, assim como, podem proporcionar a esses estudantes uma ampliação das suas perspectivas de vida não só profissionais, mas também culturais e de desenvolvimento pessoal.

#### Referências

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V.T.; VENTURINI, A. C. **História da ação afirmativa no Brasil**. In: Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 65-89. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7.

GUIMARÃES, A. S. A. O acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 247-268, março/ 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/f7yMvXF9VLGKPKdXSHcRBqy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Traduzido por Patrícia Burglin – 2 ed. Belo Horizonte. Editora UFMG – Rio de Janeiro. IUPERJ, 2005.

**História da ação afirmativa no Brasil**. In: Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 65-89. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7.

MATTOS, W. R. O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Plurais Revista Multidisciplinar da UNEB**. Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, jan./abr. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/7-Texto%20do%20artigo-6-1-10-20101114.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. E. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 27-51, mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/4TXZQd4JLzHvcBLpDvbhBks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo. **Novos toques**, Salvador, v. 5, p. 13-77, 2002.

QUEIROZ, D. M. O Estágio Atual das Políticas Afirmativas nas Universidades Brasileiras. **Revista TOMO**, n. 24 (2014): jan./jun. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3192>. Acesso em: 10 jan. 2021.

QUEIROZ, D. M. **O negro e a universidade brasileira**. HAOL, Núm. 3(Invierno, 2004),73-82. Disponível em: <file:///D:/Documents/Downloads/DialnetONegroEAUniversidadeBrasileira-829437.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RISTOFF, D. I. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socio-econômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 19, p. 723-747, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2058>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTANA, V. T. **Estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia: Percepções, enfrentamentos e superações**. 2019. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Salvador, 2019. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2019/09/17-07-VANDER-DISSERTA%C3%87%C3%83O-2.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SANTOS, D. B. R. Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de

estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3229/7579>. Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia — Faculdade de Educação, Salvador, 2009. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba\\_tese\\_2009\\_DBRSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2009_DBRSantos.pdf). Acesso em: 11 set. 2021.

SANTOS, J. T. (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013. 280p.

SILVA, A. (et.al). A promoção da igualdade racial no primeiro semestre de 2007 e os programas de ação afirmativa nas universidades públicas. In: JACCOUD, L. (org.) **Uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: IPEA, 2009. p.

171-204.

TEIXEIRA, A. M. B.; DAZZANI, M. V. M. Tornando-se Negro: Tensões Subjetivas e Culturais na Experiência Identitária de ser um Estudante Universitário Negro. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 11, n. 1, p. 83-102, Janeiro-Junho, 2019 - ISSN 2175-5027. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpi/v11n1/06.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

TERRA, R. B. M. R. B.; CARRARO, G. S.; FERREIRA, M. P. R. As Políticas Públicas de Inclusão ao Ensino Superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos. **Seqüência** (Florianópolis), n. 83, p. 142-159, dez. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-70552019000300142&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552019000300142&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 ago. 2022.

Recebido em 2022-10-05  
Publicado em 2022-11-01